



Declaração de Unidade da Coalizão de Gênero e Comércio

Nós – organizações, movimentos e aliadxs pelos direitos das mulheres, comprometidxs com a promoção dos direitos humanos das mulheres – unimo-nos para formar a Coalizão de Gênero e Comércio,¹ na firme convicção de que uma aliança feminista em prol da justiça comercial é necessária para enfrentar o impacto pernicioso das regras comerciais sobre os direitos humanos das mulheres e para produzir respostas políticas fundamentadas que abordem as causas estruturais das violações de direitos humanos com perspectiva de gênero.

Celebramos o crescente reconhecimento por parte de governos e instituições de que as regras de comércio e investimento geram consequências genderizadas. Preocupa-nos, contudo, que as respostas políticas habituais sejam concebidas simplesmente para aumentar o número e o papel das mulheres envolvidas no livre fluxo de capital, recursos e mão de obra. Essa abordagem posiciona as mulheres como instrumentos do crescimento comercial, deixando de abordar quaisquer consequências adversas, discriminatórias e exploradoras sobre os direitos humanos das mulheres da ordem neoliberal global baseada em regras. Isso ocorre independentemente do papel significativo que as mulheres desempenham como produtoras, consumidoras, comerciantes, trabalhadoras e principais prestadoras de cuidados não remunerados.

Os movimentos e organizações que representamos reconhecem que as políticas de austeridade – liberalização do comércio; desregulamentação financeira, de investimentos e do trabalho;

¹ Organizações interessadas em se juntar à Coalizão para moldar ativamente uma agenda feminista de justiça comercial, por favor, assinem nossa Declaração de Unidade em bit.ly/JoinGenderTrade.

privatização de bens e serviços públicos; e restrições à formulação de políticas públicas e à prestação de serviços – produzem resultados devastadores para os direitos humanos de muitas mulheres do mundo todo.

Acreditamos que os princípios orientadores da ordem econômica global sobre os quais se baseiam as regras de comércio e investimento são fundamentalmente destrutivos para o avanço dos direitos humanos das mulheres. Reconhecemos que o neoliberalismo, a austeridade e a economia do gotejamento fracassaram em todo o mundo, mas as regras desse modelo continuam a ser consolidadas e aprofundadas por meio das regras de comércio e investimento. Acreditamos que as crises existenciais que a humanidade enfrenta – mudanças climáticas, deslocamentos em massa e migração, desigualdade obscena e crescente governança autoritária e patriarcal – estão ligadas às regras econômicas globais que moldaram os últimos quarenta anos.

Regras comerciais construídas em torno de princípios de concorrência em vez de solidariedade, crescimento em vez de desenvolvimento humano e sustentável, consumo em vez de conservação, individualismo em vez de bem público e governança de mercado em vez de democracia participativa não podem ser a base de uma agenda comercial que promova os direitos humanos das mulheres.

Acreditamos que a cooperação econômica e o multilateralismo, baseados nos princípios de equidade, justiça, sustentabilidade e igualdade de gênero, podem desempenhar um papel significativo na promoção dos direitos humanos das mulheres. Uma cooperação global – enraizada em princípios de transparência, democracia e participação – que assegure que o capital contribua para os bens e serviços públicos necessários à realização dos direitos humanos é fundamental. Uma cooperação global que repare os danos decorrentes das cadeias de abastecimento do comércio global é essencial.

Acreditamos que as políticas comerciais devem afirmar a primazia das obrigações dos governos em matéria de direitos humanos, nos termos da Carta das Nações Unidas, dos tratados internacionais e do direito consuetudinário. Caso as políticas comerciais diminuam a capacidade

do Estado de cumprir suas obrigações em matéria de direitos humanos, incluindo o direito ao desenvolvimento, elas devem ser modificadas.

Acreditamos que as regras comerciais não devem aumentar as proteções para as empresas multinacionais que exercem uma influência gigantesca na formulação de políticas comerciais, evitam impostos e prestação de contas e exploram mão de obra, recursos naturais e dados pessoais para maximizar seus próprios lucros. As regras comerciais devem aumentar a prestação de contas das empresas que cometem graves violações dos direitos humanos, em vez de lhes proporcionar recursos privilegiados quando responsabilizadas pelos sistemas judiciais.

Acreditamos que as políticas comerciais devem atender às necessidades de desenvolvimento sustentável de todos os países, especialmente dos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, e suas populações, incluindo as mulheres. Portanto, as políticas comerciais devem garantir o acesso mais amplo possível a medicamentos essenciais, tecnologias, dados e informações, em vez de restringir o acesso. Elas devem promover o compartilhamento de sementes, recursos e conhecimento, em vez de penalizar a solidariedade. Elas devem expandir, e não limitar, a capacidade dos governos de criar empregos decentes e de base ampla, com salários dignos, especialmente para as mulheres. Elas devem apoiar os governos no desenvolvimento de políticas em favor dos pobres e no acesso a alimentos, inclusive por meio da concessão de subsídios alimentares, reservas públicas e apoio preferencial a produtoras locais, especialmente as de pequena escala. Por fim, acreditamos que as regras comerciais devem apoiar, e não desestimular, o aumento dos gastos públicos e a propriedade de bens e serviços públicos essenciais para os direitos humanos e para a redução e redistribuição da carga desproporcional de trabalho de cuidados não remunerado que recai sobre as mulheres. Isso inclui alimentos, água e saneamento, energia, infraestrutura, transporte, cuidados e educação na primeira infância, serviços de saúde, em vez de incentivar a privatização.

Acreditamos que interesses poderosos devem ser impedidos de influenciar as políticas comerciais ou fornecer apoio financeiro a partidos políticos dos quais possam se beneficiar com os resultados das negociações comerciais. Em vez disso, as políticas comerciais devem ser

desenvolvidas democraticamente e facilitar a participação informada nos processos de decisão e consenso por parte de representantes das pessoas potencialmente mais afetadas, como mulheres agricultoras, trabalhadoras e mulheres indígenas.

Acreditamos que poderosos interesses pessoais devem ser impedidos de influenciar políticas comerciais ou de prestar apoio financeiro a partidos políticos nos casos em que possam se beneficiar dos resultados de negociações comerciais. Em vez disso, as políticas comerciais devem ser elaboradas de forma democrática e facilitar a participação informada nos processos de tomada de decisão e de consentimento por parte das organizações representativas daqueles que são potencialmente mais impactados – tais como mulheres agricultoras, mulheres trabalhadoras e mulheres indígenas.

Formamos esta coalizão para ampliar a conscientização, a capacidade, a pesquisa e a defesa de políticas de comércio e investimento que facilitem uma sociedade global mais equitativa, socialmente justa e sustentável, na qual todos os direitos humanos e liberdades fundamentais sejam ativamente promovidos e possam ser plenamente desfrutados por todas as mulheres.